



REFERENCIAL PARA A ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO METROPOLITANO

1. Contexto

Cabe à Área Metropolitana do Porto "assegurar a articulação das actuações" entre os municípios que a integram e os serviços da administração central em várias áreas, nomeadamente na da rede educativa e de formação profissional (Lei nº 46/2008, de 27 de agosto, artº 4º, nº 2, al. c).

Neste âmbito, a Junta Metropolitana do Porto aprovou, em 2 de Março de 2012, o lançamento de um concurso para a ***elaboração, desenvolvimento e avaliação de projectos educativos municipais e de projecto educativo metropolitano***. Ao lançar um programa deste âmbito, a Área Metropolitana do Porto pretendeu potenciar a possibilidade de realização educativa das comunidades locais, enquadrar a regulação territorial da educação e a organização de sistemas educativos nas estruturas de governo locais e metropolitanas, consensualizar projectos educativos municipais e metropolitano como dinâmica de afirmação da identidade dos territórios educativos, qualificar as redes de instituições educativas e formativas, locais e metropolitanas, superar a fragmentação e duplicação de redes de serviços, racionalizar os recursos educativos existentes, e monitorizar e avaliar as políticas e os projetos educativos e delinear propostas de melhoria.

Por concurso, coube à Universidade Católica (Porto), através da sua Faculdade de Educação e Psicologia, dinamizar este programa, sendo que uma das atividades inscritas no Caderno de Encargos é a elaboração de um **Referencial para o Projeto Educativo Metropolitano**, até ao final do 13º mês de trabalho.

É neste contexto que se apresenta este referencial para a elaboração, desenvolvimento e avaliação do Projeto Educativo Metropolitano.

2. Pressupostos e Princípios

Os pressupostos de partida desta proposta de referencial assentam nos princípios da participação, da flexibilidade, da cooperação, da integração, da subsidiariedade e da autonomia.

Princípio da participação - O Projeto Educativo Metropolitano resulta de um processo de construção baseado numa metodologia de participação dos municípios envolvidos e dos seus munícipes.

Princípio da cooperação - As metas e ações estabelecidas pelo Projeto Educativo Metropolitano assentam na cooperação e pressupõem o exercício comum de competências dos municípios.

Princípio da integração - As políticas de educação são integradas nas demais políticas da Área Metropolitana do Porto e concatenadas com a ação dos municípios nesta área, gerando meios que as melhoram.

Princípio da subsidiariedade - O Projeto Educativo Metropolitano visa ancorar e imprimir ganhos de eficiência aos Projetos Educativos dos Municípios da Área Metropolitana para melhor satisfação das necessidades da população.

Princípio da autonomia - O Projeto Educativo Metropolitano respeita as competências, as responsabilidades e o âmbito de ação das instituições educativas e dos municípios, os principais e mais eficazes agentes do desenvolvimento do território.

3. Objeto

O projeto Educativo Metropolitano é um instrumento de referência, orientação, articulação e integração das políticas educativas e formativas dos Municípios da Área Metropolitana do Porto.

4. Objetivos

O projeto Educativo Metropolitano assume como objetivos os consignados ao nível dos PEM, mas agora à escala Metropolitana, sendo de destacar os seguintes:

- desenvolver uma cultura de pesquisa, reflexão e interação em Educação;
- desenvolver o papel de ator responsável e interveniente na comunidade educativa;
- detetar eventuais situações desajustadas ou problemáticas, tendo em vista a busca de soluções eficazes e inovadoras;
- fomentar a interdisciplinaridade, relacionando diferentes áreas e contextos educativos;
- desenvolver a capacidade de questionar e a criatividade;
- elaborar produtos úteis, necessários e aplicáveis;
- inovar e melhorar as práticas na área e contexto-alvo
- contribuir para o desenvolvimento e resolução de problemas, procurando dar resposta a um conjunto de questões-chave, a saber:

5. Eixos de estruturação de ação

5.1. Estudos para a elaboração de uma proposta de carta educativa/formativa metropolitana para os ensinos secundário e superior, educação de adultos e formação profissional

5.2. Elaboração de proposta de articulação das cartas educativa, cultural e social metropolitanas

5.3. Plano de utilização/fruição de equipamentos culturais localizados na AMP

5. 4. Elaboração de um roteiro de entidades educativas/formativas, espaços e equipamentos de tempos livres e desporto

5.5. Plataforma de gestão integrada da oferta e da procura da formação profissional*

5.6. Revalorização do Ensino Profissional e sua ligação ao mundo empresarial*

5.7. Promoção do sucesso escolar*

5.8. Monitorização, avaliação e melhoria dos PEM*

*linhas de acção desenvolvidas em anexo

6. Metodologia global

Por forma a dar resposta a estes imperativos, recorrer-se-á a uma metodologia de *investigação-ação*, que permita realizar um projeto de intervenção elaborado em função das necessidades do meio num esforço contínuo para ligar, relacionar e confrontar a ação e a reflexão. Pretende-se que a reflexão abra novas opções para a ação e que a ação permita reexaminar a reflexão que a orientou.

As dinâmicas de investigação-ação a desenvolver serão complementadas por uma lógica de formação-ação, que permita capacitar os agentes envolvidos na construção dos projetos educativos municipais *na e para* a ação.

O trabalho a realizar desenvolver-se-á a partir de uma fase inicial de diagnóstico que consiste na recolha e análise de informação sobre projetos educativos e projetos em educação junto dos 16 municípios da AMP. Esta fase visa o (re)conhecimento dos contextos municipais em matéria de educação, com vista à valorização e à integração das dinâmicas pré-existentes.

A partir da fase de diagnóstico o trabalho desenvolver-se-á, numa lógica de investigação-ação, numa espiral de ciclos de três fases: planeamento, acção; monitorização dos resultados da acção.

Atendendo à diversidade de situações dos municípios, quer em relação aos recursos existentes, quer ao trabalho já desenvolvido por cada um dos municípios nesta

matéria, parece-nos mais aconselhável apresentar duas propostas diferentes de estrutura do PEM, sendo uma considerada como estrutura base e outra como estrutura desenvolvida, sendo desejável que todos os municípios tenham esta última no seu horizonte temporal de médio prazo.

7. Estruturação do Projeto

O Projeto Educativo Metropolitano parte da realidade existente, cujos aspetos essenciais destaca, e antecipa a realidade pretendida num período temporal determinado pelos órgãos da Área Metropolitana, ao mesmo tempo que hierarquiza as prioridades, estabelece metas e determina ações estratégicas para a sua consecução, bem como aspetos organizativos e metodológicos necessários. Prevê ainda o acompanhamento, monitorização e avaliação do seu processo de desenvolvimento e concretização.

Assim, sugere-se uma estrutura que contemple seis andamentos:

1. Diagnóstico de contexto, tendo como referencial os eixos de ação
2. Objetivos estratégicos, prioridades e metas
3. Plano de ação
4. Metodologia de implementação
5. Organização e gestão
6. Avaliação

8. Acompanhamento, monitorização e avaliação do projeto

O controlo e a garantia da qualidade dos processos e dos resultados poderão ser assegurados através dos seguintes procedimentos:

A. Domínio Metodológico

- i) Adoção de procedimentos metodológicos que garantam o rigor científico do trabalho a desenvolver (triangulação de fontes, métodos, sujeitos e dados e monitorização e regulação sistemáticas, com vista à (re)orientação do trabalho para os objetivos traçados);
- ii) Definição de parâmetros de *benchmarking* referentes aos modos de elaboração e concretização do Projeto Educativo Metropolitano;
- iii) Construção de listas de verificação da qualidade dos processos e produtos;
- iv) Avaliação intercalar (a meio da implementação do PEM), sob coordenação da comissão técnica de acompanhamento do projeto e com a participação da comissão científica;

- v) Construção e aplicação de questionários de satisfação aos principais intervenientes autárquicos e metropolitanos na Educação/Formação, a outros institucionais e aos municípios (amostra);
- vi) Realização de grupos de discussão focalizada com os agentes envolvidos na conceção e desenvolvimento dos projetos educativos.

B. Domínio organizacional

- i) Constituição de uma comissão científica do projeto, responsável por acompanhar, monitorizar e avaliar a qualidade do trabalho, reunindo bimestralmente;
- ii) Constituição de uma comissão técnica de acompanhamento do projeto que assegure e monitorize a execução das acções previstas no projecto, devendo elaborar relatórios trimestrais;
- iii) Contratação de um auditor externo que emitirá semestralmente parecer técnico-científico sobre os principais produtos previstos no projeto.

9. Anexos

- dados estatísticos, mapas, tabelas, questionários, roteiros, projectos educativos municipais...

JM_JMA_VCA_23 de julho de 2013